



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 06 de Janeiro de 2020

Future-se prioriza bolsas da Capes para quem aderir

Em terceira versão do texto, MEC também condiciona concessão de benefícios a instituições com bons resultados em indicadores definidos pela pasta

PAULA FERREIRA

paula.ferreira@infoglobo.com.br

BRASÍLIA

Uma nova versão do programa Future-se, publicada ontem pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial, prevê, entre outros pontos, que universidades que aderirem ao programa e alcançarem os resultados exigidos terão preferência na concessão de bolsas de estudo oferecidas pela Capes. O texto ficará aberto a consulta pública até o dia 24, e depois disso será encaminhado ao Congresso Nacional. Procurado pela reportagem, o MEC não se pronunciou sobre a publicação. Em artigo para O GLOBO, o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles, que é reitor da UFBA (Universidade Federal da Bahia), criticou a minuta — “que segue agredindo a autonomia universitária” — e condenou a subordinação de recursos da Capes à adesão ao Future-se, o que qualificou de “pressão política estranha”.



Vaivém. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, na apresentação do Future-se, em 2019

TRECHOS POLÊMICOS RETIRADOS

O Future-se almeja criar novas formas para as universidades captarem recursos e diversificar as regras para gestão de pesquisas por meio de contratos com fundações e organizações sociais. Diferentemente da versão anterior, onde havia a previsão de “benefícios especiais”, o novo texto adota a nomenclatura “benefícios por resultados”. Os indicadores de resultado serão estabelecidos pelo MEC após ouvir universidades e institutos federais.

Um contrato de resultado será estabelecido entre governo e unidade de ensino que aderir ao programa. Nesse ponto, o Future-se determina que as universidades que alcançarem resultados esperados receberão recursos orçamentários adicionais, entre outros pontos:

“Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse fundo e de recursos orçamentários





adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior aos participantes do Programa Future-se”.

Essa é a terceira versão do texto a vir a público. Trechos polêmicos do programa foram retirados após ampla repercussão negativa na comunidade acadêmica — foi o caso da cláusula que vinculava a adesão ao Future-se à redução de gasto com pessoal.

O novo texto institui ainda a figura do “Comitê gestor”, responsável por supervisionar o programa. O grupo será composto por representantes de universidades e institutos, do MEC, do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência, Tecnologia,

Inovações e Comunicações (MCTIC).

Em seu artigo, o presidente da Andifes escreve que a comunidade acadêmica irá “certamente debater” a terceira versão do Future-se e que “cada instituição, como sempre, fará análises mais detidas”. No entanto, critica “a interferência na gestão de contratos (por fundações ou organizações sociais)” e na “orientação didático-científica de nossas instituições, com indicação de disciplinas que devem ser oferecidas ou acrescentadas ou de focos temáticos que terão prioridade”. E defende que, “sendo unilateral a proposta e estando focada em uma concepção de inovação e empreendedorismo estreita, não está à altura da riqueza e da diversidade de nossas instituições”.

Bolsonaro sugere menos 'coisa escrita' nos livros didáticos

Presidente afirma ainda que governos de esquerda 'acabaram' com Colégio Pedro II

BRASÍLIA E RIO (Daniel Gullino, Paula Ferreira e Renato Grandelle)

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem mudanças em livros didáticos, afirmando que têm “muita coisa escrita” e é preciso “suavizar”. Bolsonaro afirmou que, a partir de 2021, quando os livros forem feitos por sua gestão, as publicações irão conter a bandeira do Brasil e o Hino Nacional. — Tem livros que vamos ser obrigados a distribuir neste ano, levando-se em conta a sua feitura em anos anteriores. Em 2021, todos os livros serão nossos. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa, vai ter lá o Hino Nacional. O livro hoje, comoregra, são um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar — disse Bolsonaro, na saída do Palácio do Alvorada. Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação não se pronunciou.

Bolsonaro voltou a criticar o educador Paulo Freire, relacionando suas ideias ao baixo resultado do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. — Falando em suavizar, estou vendo um cabeça branca ali, estudei na cartilha Caminho Suave. Você não esquece. Não esselixoque, comoregra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire. O cara ficou dez anos, e a garotada de 15 anos foi fazer a prova do Pisa e mais da metade não sabe fazer uma regra de três simples. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático realiza a compra de livros em ciclos de quatro anos para cada uma das etapas de escolarização, do infantil ao médio. O governo abriu em dezembro de 2019 o edital para aquisição de livros didáticos para o ensino médio em 2021. Bolsonaro afirmou, ainda, que governos de esquerda “acabaram” com o Colégio Pedro II, instituição federal com 14 campi no Rio, em Duque de Caxias e em Niterói. Um dos pontos criticados foi o fato de o Pedro II autorizar, desde 2016, que os alunos escolham usar saia ou bermuda, independentemente do gênero,

seguindo uma resolução do próprio MEC.

— O que a esquerda plantou na educação? Plantou militância. Tanto é que o pessoal vota no PT e no PSOL. Chegou ao cúmulo de acabar com uma escola como o Colégio Pedro II. Menino de saia, MST lá dentro. Oscar Halac, reitor do colégio, afirma que pode ter havido um “mal-entendido” e diz considerar o Pedro II uma “instituição de excelência”. — O colégio está mais vivo do que nunca. Tivemos 30 mil inscrições em nossa última seleção. Como temos 1.900 vagas, isso mostra como há um interesse muito grande da sociedade pela instituição. Temos alguns dos melhores resultados estaduais e municipais no Inep, no Sistema de Avaliação Básica (Saeb) e no Enem. Sobre a autorização para que os alunos se vistam da maneira que julgarem apropriada, Halac ressalta: — Não existe nenhuma portaria determinando que os meninos usem saia, então pode ter havido um equívoco (na declaração do presidente).

Bolsonaro chama livros didáticos de 'lixo'

Talita Fernandes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) chamou os atuais livros didáticos de lixo e disse que seu governo deve modificar o material distribuído nas escolas a partir de 2021 para "suavizar o conteúdo".

"A questão de livros, botei uma matéria ontem, já começa a mudar alguma coisa. Mas tem livros que eu vou ser obrigado a distribuir esse ano ainda levando-se em conta sua feitura em anos anteriores. Tem que seguir a lei. A partir de 2021, todos os livros serão nossos, feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa. Vai ter lá o hino nacio-

nal. Os livros hoje em dia, como regra, são um montão de amontoado de muita coisa escrita. Tem que suavizar aqui-lo. Falar em suavizar, estudei na cartilha 'Caminho Suave', você nunca esquece. Não esse lixo que, como regra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire", disse Bolsonaro ao sair do Palácio da Alvorada.

O presidente falou sobre educação espontaneamente, quando jornalistas faziam perguntas sobre outros assuntos.

Ele aproveitou a presença de apoiadores na porta da residência oficial da Presidência da República para tratar um tema que lhe é caro.

"Devemos buscar cada vez mais facilitar a vida de quem produz, fazer com que essa

garotada aqui tenha um ensino que vá ser útil lá na frente. Não ficar nessa historinha de ideologia. Esse moleque é macho, pô. Estou vendo aqui, o moleque é macho, pô. E os idiotas achando que ele vai definir o sexo quando tiver 12 anos de idade. Sai para lá", disse, apontando para um garotinho de cerca de 6 anos que estava no colo do pai.

Desde que era deputado federal, Bolsonaro dirige críticas ao sistema educacional brasileiro e culpa a esquerda pelos índices de educação insatisfatórios do país.

Sem apresentar provas, o presidente costuma dizer que as escolas formam militantes em vez de apresentar conteúdos para os estudantes.

Bolsonaro é crítico do pensador brasileiro Paulo Freire, que tem como sua principal obra a "Pedagogia do Oprimido", a mais citada no meio acadêmico em ciências sociais. Ficou conhecido pela campanha de alfabetização no Nordeste nos anos 1960, pela qual foi perseguido pela ditadura militar.

Freire foi secretário municipal de Educação em São Paulo na gestão de Luíza Erundina (1989-1993). Chegou ao cargo em 1989 já consagrado no exterior. Entre suas realizações como secretário estão melhora no índice de aprovação, implantação de conselhos de escola, ampliação da educação de adultos e desenvolvimento de projetos inovadores.

MEC quer ligar bolsas da Capes ao Future-se

O Ministério da Educação (MEC) publicou ontem uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, a pasta da Educação propõe que participantes do programa passem a ter preferência na concessão de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes. / TULIO KRUSE

MEC refaz regras para o programa

O Ministério da Educação (MEC) publicou, ontem, uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

“Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão,

preferencial, de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes aos participantes do Programa Future-se”, diz o texto da proposta.

O projeto prevê que o MEC acompanhe a “adequação dos gastos” de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um “contrato de resultado”, com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidades no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como

endowment em universidades americanas.

“O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups”, diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

O brasileiro não gosta de ler

Ainda sobre o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), cujos primeiros resultados sobre 2018 foram divulgados em dezembro.

Veja esses dados tabelados pela consultoria IDados. Mais da metade dos estudantes brasileiros (52%) que fizeram o exame concordou com a frase “Leio apenas para obter a informação que preciso”.

Esses, na prova de Leitura, tiveram nota média de 402.

Já os que concordaram com “Ler é meu hobby favorito” tiveram, não por acaso, resultado 7% superior: 429.

A pior média de nota ficou com os 10% que anuíram com “Ler é uma perda de tempo”: 358 pontos.

Segue...

O curioso é que, entre os participantes dos países da OCDE — os países mais ricos, portanto —, a porcentagem de estudantes que acham a leitura uma perda de tempo é bem maior: nada menos do que 24%.

A nota média do Brasil em Leitura, contudo, ficou bem abaixo da dos ricos, como se sabe: 413 ante 487 da OCDE.

Inadimplente pode ter a matrícula negada

Estudante que tiver negociado dívida e estiver pagando as parcelas não pode ser rejeitado por instituição de ensino

(Luciana Casemiro)

Quem acabou o ano inadimplente com a escola pode ter dificuldades com a renovação da matrícula. A lei 9.870/99 impede que as instituições de ensino cancelem a matrícula de alunos em débito durante o ano letivo e proibam os estudantes de assistir aula ou fazer provas. No entanto, a lei não impede que colégios e universidades se neguem a renovar a inscrição de inadimplentes. O que não pode é reter documentos que possibilitem a transferência do estudante. Ao renegociar a dívida com colégio ou faculdade, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) chama atenção para o fato de que há limites para as cobranças: a multa não deve ultrapassar 2% ao mês; e os juros, 1% ao mês.

O Procon-SP ressalta ainda que o aluno não pode ser mais

considerado inadimplente se já negociou a dívida e está pagando as parcelas. Nesse caso, ressalta, a renovação de sua matrícula não pode ser negada. A exigência de fiador para a realização da matrícula e a cobrança de valor adicional a alunos com necessidades especiais, diz o Idec, também são consideradas práticas abusivas.

Na outra ponta, o estudante que já fez a matrícula, mas que por algum motivo não poderá se manter na instituição de ensino, pode requerer a devolução integral do valor, desde que faça isso antes do início das aulas. Para o Procon-SP, a retenção de qualquer percentual é abusivo.

O órgão alerta, porém, que, se o cancelamento da matrícula for solicitado após o início das aulas, o colégio ou a universidade tem direito a reter um valor correspondente às despesas administrativas. Isto é, desde que essa taxa tenha sido informada e esteja discriminada no contrato entregue no ato da matrícula.

SUPERAÇÃO

Internos da antiga Febem brilham em Olimpíada de Matemática

SUZANA CORREA*
suzana.correa@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO *Estagiária, sob orientação de Flávio Freire

Seis jovens que cumprem medidas sócio-educativas na Fundação Casa — antiga Febem — alcançaram resultados surpreendentes na Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas de 2019, que desde 2017 também inclui colégios particulares. Com idade média de 17 anos, cinco garotos e uma garota receberam menção honrosa na competição, que contou com 18 milhões de alunos de todo o país.

E apenas 0,2% desse total recebeu a honraria, prêmio mais importante depois das medalhas de ouro, prata e bronze. Os adolescentes (os nomes utilizados no texto são fictícios) estão internados na Fundação Casa por roubo, homicídio ou tráfico de drogas. — Nunca imaginei um resultado assim, ainda mais depois de tudo que passei na vida. O que falta é a gente saber o que é bom para a gente — diz Aline, 17 anos.

Ela ganhou bolsa de estudos em um colégio particular em Junqueirópolis, interior de São Paulo, mas o excesso de faltas encerrou a oportunidade de forma

brusca. Sua mãe, às voltas com uma depressão severa, perdeu a guarda dos quatro filhos. Desafiando a decisão judicial, ela insistiu em morar com a mãe, com quem viveu até se juntar com o namorado, da mesma idade, quando os dois tinham 15 anos. Meses depois, eles foram presos por tráfico de drogas. Ela é interna da unidade de Cerqueira César da Fundação Casa, localizada a 280 km da capital. Lá, Aline é uma das melhores da turma. Fala com desenvoltura, tem vocabulário extenso e demonstra grande inteligência emocional para a idade. Além de querer cursar Psicologia, seu maior sonho é reunirmos os irmãos novamente, quando deixar a instituição — entre fevereiro e março de 2020, a depender de sua avaliação de comportamento. Já separada do companheiro, quer voltar a morar com a família.

—Veja, 10% do que acontece de ruim é para a gente aprender, os outros 90% dependem do que a gente vai fazer após o erro. E com a educação que tenho agora, vou fazer uma grande diferença, ninguém vai me passar pra trás — afirma.

Na Casa, as aulas são em tempo integral, incluindo, artes e esportes. As aulas são ministradas por professores da rede estadual, em uma parceria com a secretaria de Educação. Professores do Estado seguem o material e a programação da rede pública. Um dos principais

diferenciais, curiosamente, é o tamanho das turmas: o limite é de 14 alunos. Além da atenção extra dos professores, os internos, que não têm acesso a estudante estudante celular ou internet, podem se dedicar a exercícios aplicados edições anteriores da Olimpíada de Matemática. Interno na unidade de Atibaia, localizada a 50 km da capital, Vicente também recebeu uma menção honrosa. Criado pela mãe, ele foi reprovado no sexto ano por faltas. E acaba de completar o Ensino Fundamental na Casa. Sai em janeiro e pretende cursar o Ensino Médio em uma escola regular. Quer ser enfermeiro. —Achei a prova da Olimpíada difícil, mas senti que poderia ir bem — conta.

EVASÃO ESCOLAR

No ano passado, o número de internos reincidentes foi de 20%, de acordo com a Fundação Casa. A evasão escolar antes do envolvimento com atos ilícitos é um denominador comum entre os internos. Em dezembro de 2019, 6.756 adolescentes entre 12 e 21 anos — a maioria meninos (95,4%), em defasagem escolar (99,6%) e presos por crimes como tráfico (48,6%) e roubo ou furto (41,14%) — cumpriam medidas socioeducativas nos 142 centros da fundação no estado de São Paulo.

Crimes violentos, como homicídio, latrocínio ou estupro, representam 3,35% dos motivos para a internação dos jovens hoje na





Fundação Casa.
Naunidade de Nogueira, na capital,
nenhum dos internos está em idade
compatível com a série regular. A
rotina, rígida, inclui horário
determinado para banho e TV. São
também obrigados a participar das
aulas, requisito no período de
internação.

— A maioria só se reconhece
como estudante aqui. Assim que
chegam, têm que voltar para a escola
— diz a coordenadora pedagógica da
unidade, Rosângela Omar. Vitor está
na unidade localizada na capital
desde março.
O local lembra uma escola pública
comum — exceto pelas grades que
separam cômodos das salas de aula
e as filas formadas por jovens para
poderem andar pelos corredores.
Enérgico, rápido e falante, define-se
como ‘pavio curto’. A mãe,
manicure, tem outros três filhos. Não
tem contato com o pai e começou a
trabalhar no Grajaú, um dos distritos
mais pobres de São Paulo,
entregando gás e folhetos, quando
tinha 10 anos. Fazia bicos em
mercados, pizzarias e vendia balas e

água em rodovias. Entrou para o
tráfego e, com 13 anos, comprou um
carro. Na época, não gostava de
estudar. Hoje, quer ser enfermeiro ou
contador.

— A primeira vez que completei
um caderno foi aqui. Para alguém
que nunca ganhou nada, o resultado
da Olimpíada é ótimo, né? Ainda
mais ganhar algo relacionado a
estudo. Fiquei feliz de dar esse gosto
para minha mãe. Criado pela tia,
Bruno saiu em liberdade assistida em
novembro deste ano, depois de
ser detido quatro vezes por tráfego. Em
maio e setembro, fez
as provas da Olimpíada na unidade de
São José do Rio Preto. Apesar do
resultado, não decidiu se continuará
os estudos em 2020, quando iria
para o sétimo ano do fundamental.
Quer focar agora no pequeno
negócio de sorvetes que abriu. — O
curso que mais gostei de fazer na
fundação foi o de Atendimento ao
Cliente. Estou trabalhando muito e
quero fazer minha empresa
crescer, ter uma casa, mover um carro
— sonha o jovem.

Terrivelmente seletiva

Se parlamentar fosse, a ministra Damares Alves nada faria de errado em privilegiar sua base política na agenda oficial. Ao fazê-lo enquanto lidera a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, compromete sua função.

No primeiro escalão do governo Jair Bolsonaro, segundo pesquisa Datafolha, Damares só perde em popularidade para Sergio Moro (Justiça) —que já era amplamente conhecido antes de chegar ao Executivo. Dos brasileiros aptos a votar, 55% dizem conhecê-la; nesse contingente, 43% consideram sua gestão ótima ou boa.

Autodenominada “terrivelmente cristã”, a ministra tem aprovação particularmente elevada, de 56%, entre evangélicos neopentecostais.

Diante de tais números, não chega exatamente a surpreender que ela privilegie esse estrato da sociedade em audiências oficiais. A escolha, entretanto, obviamente não se mostra republicana.

Levantamento da Folha revelou que a bancada parlamentar evangélica, correspondente a cerca de um

terço do Congresso, abriga 63% dos deputados e senadores recebidos por Damares entre janeiro a novembro de 2019.

Ao todo, foram recepcionados 74 dos 203 congressistas da bancada, ante 42 nomes não ligados a ela.

Em contraste, não constam dos compromissos oficiais da ministra representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Tampouco aparecem na agenda órgãos da pasta como o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e o MPCT (Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura).

Enquanto isso, Damares encontra tempo para promover tentativa de censura a uma publicação informativa sobre o aborto, além de ameaçar a liberdade de ensino ao estabelecer um mecanismo de denúncia em escolas do país.

Terrivelmente seletiva, a ministra faria melhor se representasse em sua agenda a diversidade temática da pasta que hoje ocupa.

A gestão desastrada do FNDE

No escurinho dos feriados, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Sergio Dias, soube, pelo Diário Oficial, que havia sido demitido. Ele assumira em agosto, substituindo um professor nomeado em fevereiro.

O FNDE não é uma repartição qualquer, tem uma caixa de R\$ 58 bilhões e transfere recursos tanto para a merenda escolar como para o malfadado Fies, um programa de financiamento de vagas em faculdades privadas, cujo rombo está em R\$ 12 bilhões, com 584 mil inadimplentes. É, sem dúvida, o maior escândalo da história do ensino superior brasileiro.

Os repórteres Pedro Prata e Pepita Ortega revelaram o teor da colaboração de uma ex-diretora da Universidade Brasil, de Fernandópolis (SP), na qual ela contou à Polícia Federal que a instituição vendia vagas no curso de medicina por R\$ 80 mil. Se o aluno

quisesse financiamento do Fies (com a Viúva pagando), o pedágio custava R\$ 100 mil. À época, só tinham acesso ao Fies jovens de famílias com renda per capita de até três salários mínimos. O MEC engolia dados fraudados.

As trocas do FNDE poderiam ficar por conta do caráter errático do governo, mas há algo a mais. Na sua primeira gestão bolsonariana, o fundo publicou um edital para a compra de 1,3 milhão de computadores, laptops e notebooks destinados à rede pública de ensino. Coisa de R\$ 3 bilhões.

Entre agosto e a segunda metade de setembro, a Controladoria-Geral da União (CGU) achou maluquices e sinais de direcionamento no edital. Uma escola de Minas Gerais receberia 30 mil laptops (117 para cada um de seus 255 alunos).

O sinal de perigo dado pela CGU levou à suspensão e ao posterior cancelamento do edital por

Rodrigo Dias na primeira semana de sua curta gestão.

Numa atitude tão esquisita quanto a concepção do edital, passaram-se quatro meses e não se falou mais no assunto. Um governo que pretende combater a corrupção precisa perguntar quem botou aquele jabuti na árvore.

As gestões do FNDE lidaram mal com suas lambanças. Mexer com o Fies significa desafiar os donos de faculdades privadas, com sua bancada de congressistas y otras cositas más. Em janeiro do ano passado, uma mão invisível alterou o edital para a compra de livros didáticos, e o MEC disse que ocorreu um “erro operacional de versionamento”.

No caso do edital de R\$ 3 bilhões, o negócio é bem outro. Até hoje não se sabe como o jabuti subiu na forquilha nem o nome do dono da árvore.

Melhor governança, mais resultados na educação

*PRISCILA CRUZ, GUILHERME LACERDA E
LUCAS FERNANDES HOOGERBRUGGE*

Imagine duas escolas públicas de ensino fundamental vizinhas, uma municipal e outra estadual. Ambas atendem crianças do mesmo bairro, têm salas de aula ociosas e, vistas de fora, parecem muito semelhantes. Por outro lado, cada uma tem um processo para formação de professores, alunos que chegam em diferentes tipos de transportes, mesmo sendo vizinhos, e a merenda também é distinta. Nesse cenário, há completa falta de racionalização de recursos, perda de escala e ineficiências sobrepostas, que poderiam ser minimizadas caso houvesse articulação e colaboração entre a gestão estadual e a municipal.

Essa desarticulação tem origem no formato do pacto federativo vigente num país que se divide em 5.570 municípios, 26 Estados e o Distrito Federal, além da própria União. Cada um desses entes tem autonomia administrativa, formula e gerencia suas políticas educacionais de forma isolada.

Dados as características demográficas, a heterogeneidade regional e o modelo federativo brasileiro, nossos legisladores dividiram as responsabilidades pela oferta da educação pública da seguinte forma: a educação infantil é promovida pelos municípios, o ensino médio pelos Estados e o ensino superior é majoritariamente ofertado pela União. Já na etapa do

ensino fundamental, a oferta é compartilhada e as divisões de responsabilidades não são claras.

Como não há no Brasil um Sistema Nacional de Educação que organize a governança no setor, a distribuição das matrículas entre redes estaduais e municipais tornou-se muito heterogênea, com pouco ou nenhum alinhamento gerencial e pedagógico, o que provoca uma série de distorções e reforça as desigualdades de oferta educacional e os resultados. Além das consequências negativas na aprendizagem dos alunos, o próprio Estado desperdiça recursos materiais e humanos que poderiam ser mais bem investidos nas escolas.

O bem-sucedido regime de colaboração do Estado do Ceará, com enorme repercussão nos resultados de aprendizagem de seus estudantes, só foi possível porque o processo de formulação e de gestão da política educacional é pactuado entre o Estado e seus municípios. Tanto as ações estaduais de apoio técnico e pedagógico às secretarias municipais de Educação quanto o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios que melhoram a aprendizagem de suas crianças são viáveis somente em um contexto de cooperação entre os entes federativos. O regime de colaboração exige convergência de

objetivos, governança compartilhada e colaboração no processo decisório.

Entretanto, ainda que a cooperação entre Estado e municípios no Ceará tenha decorrido de maneira articulada, a falta de um sistema nacional de educação já fez o Estado ter dificuldades com programas criados pelo governo federal, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Inspirada justamente no caso cearense, a iniciativa foi implementada pelo Ministério da Educação sem levar em consideração as ações já promovidas nas redes de ensino de Estados e municípios, o que resultou em retrabalho e desarticulação da política educacional. Ironicamente, Estados como o Ceará, que desenvolviam ações em colaboração com os municípios, foram prejudicados pelo programa nacional, pois, além da duplicidade de ações e da desarmonia entre os currículos, materiais e metodologias pedagógicas, o arranjo organizacional para a implementação da política era totalmente diferente. Assim, o Estado foi forçado a modificar uma estrutura que já funcionava, aumentando os custos do programa.

Para além das dificuldades gerenciais e pedagógicas, a ausência de um sistema nacional de educação





impacta diretamente a sustentabilidade fiscal dos investimentos na educação. A falta de uma instância de pactuação entre União, Estados e municípios na área faz não só todos reformularem e implementarem políticas educacionais simultaneamente e de forma descoordenada, mas também não haver acordo sobre o que é prioridade e a melhor forma de alocar recursos. Isto é, embora seja do interesse de todo o País uma trajetória escolar para crianças e jovens sem percalços e com qualidade, cada um de nossos gestores está falando apenas com os seus.

Uma boa notícia é que o assunto está sendo pautado no Congresso Nacional e deve se tornar mais importante conforme a agenda de financiamento da educação avança. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mencionou a criação de um sistema de governança na educação

como uma das quatro áreas que considera prioritárias para o desenvolvimento do País.

Entretanto, ainda que exista algum consenso acerca da necessidade de criar o sistema, o desafio atual consiste em conceber uma lei que estabeleça mecanismos de governança efetivos, garantindo que a autonomia dos entes federativos seja exercida de forma coordenada, evitando engessamentos ou burocracias desnecessárias, como é hoje. Não é trivial desenhar um sistema que respeite a autonomia dos entes federados, promova a equidade nos sistemas de ensino e garanta a qualidade do investimento na educação. Por isso, o foco há de estar em definir com clareza a repartição de responsabilidades entre os três níveis da Federação e institucionalizar espaços deliberativos para a articulação e a ação conjunta entre os entes na formulação e implementação de políticas educacionais.

Isto posto, é urgente que os parlamentares mergulhem na discussão da melhoria da governança da educação brasileira. Além de ouvir os especialistas no assunto, é preciso estudar os casos bem-sucedidos de articulação do pacto federativo, dentro e fora da educação. Afinal, com um sistema nacional de educação bem estruturado teremos as bases para chegar mais rápido a um cenário de mais qualidade e equidade.

Falta de um sistema nacional faz o Estado desperdiçar recursos materiais e humanos

?

RESPECTIVAMENTE,
PRESIDENTE EXECUTIVA DO
TODOS PELA EDUCAÇÃO,
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO
COLABORA EDUCAÇÃO E
GERENTE DE ESTRATÉGIA
POLÍTICA DO TODOS PELA
EDUCAÇÃO

Apenas 4 em 10 entram na USP na 1ª tentativa

Entre os aprovados no ano passado na Fuvest, 31,5% já haviam feito a prova uma vez e 28,7% tinham tentado mais de duas vezes

Isabela Palhares

Considerada uma das provas mais difíceis do País, começa neste domingo a segunda fase do vestibular da Universidade de São Paulo (Fuvest). Com um dia de exame de disciplinas específicas para cada carreira escolhida, o grau de dificuldade é avaliado como um dos mais exigentes. As estatísticas de anos

anteriores mostram que mais de 60% dos que fizeram matrícula já haviam feito a prova anteriormente.

Entre os alunos que foram aprovados no ano passado, 31,5% já haviam feito a prova uma vez e 28,7% tinham feito mais de duas vezes. Além disso, entre os que conseguiram a aprovação logo após terminar o ensino médio, 16,2% fizeram a prova como treineiro no ano

anterior. Os dados comprovam as dicas e as principais recomendações dos professores de cursinho, de que o treino é fundamental para a aprovação na Fuvest.

Nesta segunda etapa, todas as questões são dissertativas. No primeiro dia, os candidatos realizam a prova de Língua Portuguesa e a redação. No segundo dia, fazem disciplinas específicas de cada carreira.





WORTHEN SANTANA/ISTOCK - 61,0009



Foco. Segunda fase começa hoje, com Português e redação

Gilberto Alvarez, diretor do Cursinho da Poli, diz que, além do alto grau de exigência das questões, o formato da prova, com questões dissertativas, também desafia os candidatos. “As principais provas do País, como o Enem e inclusive a primeira fase da Fuvest, são de múltipla escolha. O aluno treina muito nesse formato.”

A lista de aprovados para a segunda fase da Fuvest foi divulga-

da no dia 9 de dezembro, deixando menos de um mês de preparação para a última etapa. Alvarez diz que o aluno deve se dedicar nesse período para revisar conteúdos das disciplinas específicas e refazer provas de anos anteriores para se acostumar ao formato. “Ele estudou durante todo o ano, o candidato sabe o que precisa saber.”

A prova de Língua Portuguesa e a de redação, feitas no pri-

meiro dia, equivalem a cerca de um terço do peso da nota final e são apontadas como o principal diferencial nos cursos mais concorridos da Universidade de São Paulo (USP). Segundo levantamento do cursinho Poliedro, em alguns cursos a redação equivale a 13% da nota e Português, a 18%. A USP oferece 11.147 vagas em 106 carreiras. A lista de aprovados na segunda fase da Fuvest sai no dia 24 de janeiro. Essa é a data da primeira chamada. A segunda chamada acontece no dia 31 de janeiro. E a terceira chamada é no dia 7 de fevereiro.



NA WEB

Online. Confira no portal do ‘Estado’ a correção do dia

estadao.com.br

Vamos levar a Educação a sério

» JAIME PINSKY

Historiador, doutor e livre-docente da USP, professor titular da Unicamp

Creio que concordamos todos que a educação formal é muito importante no mundo de hoje, particularmente nas áreas de ciência, tecnologia e humanidades. Sem as primeiras, não temos como nos colocar entre as nações mais importantes do planeta; sem a área de humanas, não temos como escolher para onde queremos ir, como sociedade. Sim, a Educação é fundamental, mas o fato é que ela não anda muito bem por aqui. Sabemos que o país precisa melhorar nessa área, que uma nação formada por analfabetos (reais ou funcionais) nunca conseguirá ganhos duradouros. Há vários anos fala-se disso e o Brasil continua com uma educação formal de muito má qualidade em todos os níveis, da primeira fase do fundamental (o antigo curso primário) até o ensino superior. Pior: em alguns setores, houve nítida perda de qualidade, que vem ocorrendo com a chamada democratização do ensino. A equação é clara. Para a antiga classe média, o ensino público tinha qualidade, mas não abrangência. E, ao atingir uma faixa mais ampla da população, ganhando em abrangência, perde em qualidade. Se pouco tempo atrás uma

afirmação desse tipo encontrava contestadores, atualmente, não há ninguém razoavelmente sério, dentro ou fora do governo, que discorde da evidência: qualidade e quantidade não estão caminhando juntas na educação brasileira.

Para solucionar a questão, aí sim, parece haver duas linhas de pensamento bastante discordantes. De um lado os “economistas da educação”, de outro, os “corporativos”. Para os primeiros, a questão toda seria rapidamente resolvida com um choque de gestão. O ponto de partida deles (é dogma de fé, não constatação empiricamente comprovada) é que sempre dá para economizar, como em qualquer empresa bem dirigida. Assim, colocando-se (é claro) economistas ou administradores de empresa tocando ministérios e secretarias de Educação, aproveitando-se melhor o dinheiro, a educação melhoraria muito sem que houvesse necessidade de aumentar o orçamento da área.

No outro extremo, aparecem os corporativos, para os quais a solução seria aumentar os salários. Para eles, professores precisam de motivação, e motivação é dinheiro, salário no fim do mês e não blá-blá-blá. Já ouvi até argumento segundo o qual a relação do mestre com o empregador (empresas de educação, fundações ou mesmo alguma instância governamental) é baseada na

extração da mais-valia, o professor é um trabalhador como qualquer outro. E dá-lhe luta de classes...

Nem é necessário dizer que as duas visões, a de economistas e corporativos, embora tenham suas virtudes, pecam por um simplismo franciscano, num assunto que é de uma complexidade dominicana. Se acrescentarmos a essa discussão rasa e inconsequente os interesses políticos envolvidos na educação, constataremos que não vale a pena manter uma rigidez de supostos princípios que não levam a nada de bom, a não ser para os próprios grupos políticos. Um ex-ministro me garantia que “a Educação é uma excelente forma de se chegar às bases, uma vez que, por meio dos prefeitos de milhares de cidades, o grupo político no poder ganha enorme capilaridade, poder de barganha e chances eleitorais”. Convenhamos, isso nada tem a ver com melhorar a educação.

Da mesma forma, não é interessante para a Educação uma política ridícula de fiscalizar e denunciar professores (como não fazia sentido a tentativa de transformar educadores em vetores de mensagens político-partidárias). Em poucas palavras: classes e escolas não podem ser transformadas em palanques de ideologias políticas, quaisquer que elas sejam. Isso é coisa de regimes totalitários (como o nazista, na





Alemanha; comunista, na União Soviética), não de democracias, necessariamente pluralistas.

Então, não tem solução? Tem, sim. Basta fazer as coisas com seriedade e organização. Que se faça uma lista de pontos a serem trabalhados nos próximos três anos; que haja discussão aberta (mas objetiva, com calendário rígido) com todos os setores interessados da sociedade e que se programem medidas que se têm mostrado vencedoras em vários países em que eram colocadas em prática, sejam elas da bíblia dos economistas, seja do corão dos corporativos. O Ministério da Educação será responsável por levar esse processo para a frente (discussão e implementação), com o apoio de secretários estaduais e municipais, assim como dos Legislativos.

Papel importante teria que ser desempenhado pelas universidades (as de verdade), assim como pelas entidades representativas de profissionais ligados às disciplinas básicas do ensino fundamental (associações de matemáticos, linguistas, historiadores e geógrafos, por exemplo). Entidades ligadas aos editores, gráficos e papeleiros poderiam colaborar (mesmo porque seriam beneficiados com a colocação de milhões de novos leitores no mercado) e sindicatos de professores deveriam fazê-lo. Mas o pressuposto para entrar na discussão é aceitar, democraticamente, o resultado da união de contrários. Vamos, pelo menos, tentar?

ANTÔNIO
GOISantonio.gois@educara.org.br

Nota menor a meninos

Há vários estudos que demonstram como atitudes discriminatórias ou às vezes estereótipos sutis acabam aprofundando a desigualdade de gênero, prejudicando, em geral, muito mais as mulheres do que os homens. Há, porém, um fenômeno menos debatido, mas igualmente preocupante, acontecendo na educação básica brasileira: meninos têm

abandonado muito mais precocemente a escola após sucessivas reprovações.

Um estudo que está sendo realizado pelos pesquisadores Jessica Gagete-Miranda, Luana Marotta e Marcos A. Rangel contribui com o debate de como essas diferenças podem estar sendo construídas em sala de aula. Os autores compararam as notas dadas pelos professores em escolas estaduais de São Paulo com os resultados dos alunos no Saresp, a avaliação externa padronizada feita pelo governo paulista. A vantagem de poder comparar essas duas bases de dados é que, apesar de suas limitações, uma delas fornece um diagnóstico suscetível a algum grau de subjetividade do professor (as notas da escola) enquanto outra é elaborada por meio de testes de múltipla escolha corrigidos pelo computador.

Esse exercício com essas mesmas bases de dados já havia sido feito num estudo já publicado — também de autoria de Marcos A. Rangel, com Fernando Botelho e Ricardo Madeira — que analisou desigualdades raciais e mostrou que alunos brancos recebiam de seus professores notas melhores no





boletim escolar ao de colegas negros com as mesmas características socioeconômicas e com desempenho igual no Saesp.

No caso da diferença entre meninos e meninas, essa discrepância nas notas dos professores entre alunos com desempenho similar na avaliação externa acontece em favor das meninas. Pela avaliação externa, há uma pequena diferença a favor dos meninos em matemática e uma, mais significativa, a favor das meninas, em português. Mas, em sala de aula, as notas dos professores são significativamente maiores para as meninas no 9º ano do ensino fundamental nas duas disciplinas.

Uma hipótese para essa diferença é que professores poderiam estar considerando em suas notas outras características que não são captadas por testes padronizados, como o comportamento dos alunos. Mas a diferença no resultado continua existindo mesmo quando os pesquisadores consideraram na análise o número de frequências ou um indicador de indisciplina baseado na percepção dos pais.

Ao fazerem um estudo mais aprofundado

em um grupo menor de escolas, os autores puderam também analisar se essa diferença estava sendo causada por alguma habilidade socioemocional também não captada por testes externos. De novo, no entanto, mesmo a diferença tendo diminuído, ela continuou existindo.

Por fim, uma das conclusões mais interessantes do trabalho mostra que a nota dada pelo professor em sala de aula tem impacto nas expectativas que alunos fazem de si mesmo (sobre serem bons estudantes) e na avaliação de seus pais (quando questionados se consideravam que seus filhos estavam bem na escola).

Há ainda muito a ser investigado sobre o impacto em crianças e jovens de características ou atitudes — às vezes implícitas — de professores, pais ou adultos ao seu redor. Diferenças no desempenho acadêmico entre indivíduos vão sempre existir. A questão que deve preocupar educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas é quando essas desigualdades são socialmente construídas, prejudicando um ou outro grupo específico.

Redação da Fuvest discute papel da ciência no mundo

Tema foi elogiado nas redes; Português teve memes, Machado e a icônica foto de uma criança nua fugindo durante a Guerra do Vietnã

Priscila Mengue

“O papel da ciência no mundo contemporâneo” foi o tema da redação da segunda fase da Fuvest, aplicada ontem. A proposta trouxe uma tira do escritor Luis Fernando Verissimo, uma canção de Gilberto Gil e trechos de textos dos cientistas Oscar Sala, Carl Sagan e Alicia Kowaltowski. O tema foi elogiado por candidatos nas redes e por professores de cursinho.

Uma das coordenadoras de Redação do Poliedro, Fabiula Neubern observou que os estudantes tiveram de escrever sobre um assunto atual. E houve uma “conversa” com a proposta da Fuvest em 2019, que foi “a importância do passado para compreender o presente”.

O crescimento do revisionismo científico (incluindo grupos terraplanistas e antivacina) é um dos possíveis pontos de partida para responder ao tema proposto, indica Fabiula. “A

ciência sempre foi questionada e, com o advento das redes sociais, esse questionamento ganhou corpo.”

Já Maria Aparecida Custódio, professora de Redação do Objetivo, destaca que o tema é bastante abrangente por citar o “mundo contemporâneo”, não ficando restrito ao Brasil. Ela lembra que os candidatos poderiam tirar ideias dos textos da proposta, que traziam críticas sobre como a ciência se relaciona com a sociedade. “Gira em torno da questão de que a ciência precisa se aproximar mais, porque ainda mantém um distanciamento do cidadão comum. Esse distanciamento dá margem para o surgimento de teorias, mentiras, como se discute no movimento antivacina, por exemplo.”

Maria Aparecida indica que as redações deveriam ressaltar aspectos críticos do tempo presente. “O candidato poderia falar do ponto de vista dos avanços, mas sempre com aquele ‘se

não’: de que avançamos, temos mais tecnologia, mais facilidades na vida, mais acesso a curas, mas, por outro lado, estamos cada vez mais obtusos e incapazes de distinguir a verdade da mentira, o que é muito perigoso.”

Português. Já Português trouxe dez questões, incluindo a icônica fotografia de uma criança nua fugindo durante a Guerra do Vietnã, Machado de Assis, memes e textos de internet, dentre outras referências. Professor de Língua Portuguesa do Objetivo, Serginho Henrique considerou o exame mais exigente do que em anos anteriores. “Na parte de Literatura, o candidato precisava ter um importante domínio das obras, um conhecimento crítico, não bastava ler resumos”, ressalta.

O primeiro dia teve 6,9% de abstenção entre os 34.924 candidatos convocados, uma queda em relação ao início da segunda fase em 2019, que teve 7,7%. Hoje, haverá provas específicas.





PARA LEMBRAR

Inscrição por Sisu e ProUni

Para 2020, a USP oferece 11.147 vagas em 106 carreiras de graduação. Desse total, 8.317 são destinadas à seleção pelo Vestibular Fuvest 2020, enquanto 2.830 vagas são voltadas para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com candidatos participantes do

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – que terão as notas divulgadas no dia 17.

A nota do Enem pode ser usada pelos estudantes para ingressar em uma universidade pública, concorrer a uma bolsa integral ou parcial no Programa Universidade para Todos (ProUni) ou ao Financiamento Estudantil (Fies) – obedecendo às notas mínimas – em instituições privadas e até para cur-

sar o ensino superior em Portugal. Das 2.830 vagas da USP via Sisu, 667 serão ofertadas por ampla concorrência. As inscrições para o SiSU serão abertas no dia 21 de janeiro e se encerrarão às 23h59 do dia 24 de janeiro.

Pelo ProUni, estudantes de todo o País poderão começar a se inscrever no dia 28 de janeiro. O prazo vai até as 23h59 de 31 de janeiro.

Volta às aulas: material coletivo não é obrigatório

O retorno das atividades escolares traz preocupação comum aos pais: a compra de material. Especialistas explicam que itens devem ser exclusivos para uso pessoal dos alunos. Saiba o que fazer para economizar

» Geovana Oliveira*

O início do ano é época de gastos. Mesmo com o 13º salário, despesas como IPTU e IPVA costumam apertar o bolso das famílias brasileiras. Para pais, mães e responsáveis, janeiro é o momento de lotar os estabelecimentos comerciais em busca dos pedidos das listas de material escolar. Muita gente não sabe, mas esses itens são regulados pelas leis federais 9.870/99 e 12.886/13. De acordo com tais normas, os estudantes não são obrigados a pagar adicional ou a fornecer qualquer material administrativo ou de uso coletivo. Portanto, os itens a serem comprados devem se restringir apenas a artigos de uso pedagógico do aluno.

A lista deve ser acompanhada de uma planilha de execução, que precisa descrever os quantitativos de cada item e a sua utilização pedagógica. Além disso, a escola não pode exigir que os objetos sejam adquiridos na própria instituição, ou

estabelecer marca específica. No caso de colégios particulares, os materiais de uso coletivo estão contemplados no valor da mensalidade. Algumas das proibições são: material de uso coletivo, como giz ou pincel de quadro branco; material de limpeza, como papel higiênico; e material de uso administrativo, como envelopes ou papéis para impressão.

Marília Sampaio, diretora do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), diz que pais e responsáveis devem estar atentos aos itens presentes nas listas, observando detalhadamente as exigências. “Os materiais destinados à realização de atividades da escola não podem ser cobrados. É uma prática abusiva. Nesse caso, os pais devem entrar em contato com a escola, além de procurar os órgãos de defesa do consumidor, principalmente o Procon”, explica.

Marília também reforça que os pais podem buscar maneiras de economizar, e a melhor delas é pesquisar os preços para comprar nos locais mais em conta. “Para facilitar, os pais podem se organizar em grupos, tanto para pesquisar os preços, quanto para negociar as compras em quantidades maiores e, assim, conseguirem preços mais baixos”, afirma.

A diretora acrescenta que alguns lugares fornecem orçamentos pela

internet, o que facilita no momento da busca pela aquisição mais barata. Outro passo fundamental é a antecipação da compra, para evitar preços mais altos e longas filas nas papelarias, comuns no período de volta às aulas. “Os pais não devem deixar para a última hora. Na correria, a falta de atenção se intensifica, atrapalhando a compra consciente, a análise da lista e a economia.”

Para evitar transtornos, muitos pais se antecipam na hora da compra dos itens da lista. É o caso de Grazielle Alves de Melo, 40 anos, mãe de Murillo de Melo Vellasco, 12, e Marina de Melo Vellasco, 4, que comprou os materiais ainda em dezembro. A administradora conta que sempre faz uma pesquisa de preços para economizar o máximo possível. “E prefiro comprar lápis de cor, apontador e lápis de escrever de primeira linha, pois duram mais do que os de segunda linha”, detalha a mãe. A organização tem feito a diferença nos gastos da família. Para 2020, Grazielle gastou R\$ 2.200 na compra do material para os dois filhos. Murilo iniciará o 7º ano do ensino fundamental, e Marina, o infantil 5.

Outra dica é a compra coletiva em grupos. No atacado é, mais vantajosa, e pais e responsáveis se organizam para garantir mais esta economia. A administradora adotou esse costume e explica que os





descontos foram grandes. “Conseguimos descontos de até 30% para pagamento à vista nos materiais e para compras parceladas; de 20% nos materiais; e de 12% nos livros”, conta.

Para Grazielle, também é importante sempre estar atento e manter um diálogo aberto com a instituição de ensino. “Se na lista do material dos meus filhos tivesse algum material que considerasse estranho, certamente eu não compraria e conversaria com a direção da escola.”

* Estagiária sob supervisão de Fernando Jordão

» Dicas e cuidados

1) Reutilize: antes de ir à papelaria, verifique quais itens do ano anterior estão em bom estado e podem ser reutilizados. Normalmente, estojo, régua, tesoura e dicionário, por exemplo, duram bastante.

2) Troque: tem materiais antigos em casa e não sabe o que fazer? Uma boa saída é trocar com os amigos ou vizinhos. Assim, o consumidor pode adquirir o item novo, sem gastar dinheiro.

3) Pesquise: alguns produtos da lista podem variar muito no preço, por isso é importante comparar marcas, lojas e valores antes de fechar a compra.

4) Compre em grupo: para economizar um pouco mais, é uma boa ideia reunir um grupo para ir às compras. O atacado pode ser mais fácil de conseguir descontos.

5) Exija nota fiscal: exija nota fiscal detalhada, com discriminação do produto adquirido: marca, preço individual e total.

Fonte: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)